

## **A INTERSETORIALIDADE NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: UM ESTUDO A PARTIR DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO**

**Ana Paula Azevedo de Jesus  
Marinalva Nunes Fernandes  
UNEB - BRASIL**

**Resumo:** As Políticas Públicas Educacionais são planejadas com objetivo de possibilitar com que todas as pessoas tenham um ensino voltado para a formação do indivíduo como um ser social. Desse modo o planejamento possibilita definir objetivos e metas a serem cumpridas, traçando planos de ação, verificações e ajuste necessário para que os objetivos sejam alcançados. Assim para que as instituições de ensino consigam alcançar os objetivos propostos é necessário a construção de uma rede intersetorial, que possibilita observar as distintas dimensões de um indivíduo. Diante disso a pesquisa analisa a importância das Políticas Públicas Educacionais bem como seu planejamento para o ensino no contexto atual, além de buscar compreender as mudanças do PNE e a importância da intersetorialidade na educação. Com base na análise e levantamento de dados, o estudo pode auxiliar na compreensão de como as metas e estratégias adotadas por cada gestão municipal tem impactados os respectivos municípios na política intersetorial.

**Palavras-Chave:** Política Educacional; Intersetorialidade; Planejamento educacional;

### **Introdução**

Os Planos de Educação, instrumentos de políticas educacionais, configuram como pontos fulcrais para mobilizar a sociedade civil e a comunidade escolar para o debate propositivo sobre as agendas educacionais. Seja na esfera federal, estadual ou municipal. Os Planos requerem um rigoroso planejamento, tanto na elaboração como no acompanhamento, de modo a assegurar que as propostas debatidas com os profissionais da educação, a sociedade civil e a sociedade política sejam colocadas em práticas pelos gestores que estão responsáveis pela pasta da educação nas três esferas. Para isso torna-se essencial que o Ministério e as Secretarias de Educação executem as estratégias que possibilitem alcançar as idealizações da lei, permitindo com que as metas possam ser asseguradas à comunidade e por meio do alinhamento entre os planos possa ter uma continuidade do serviço disponibilizado aos brasileiros de forma mais homogênea respeitando a especificidade de cada região.

Contudo, o simples fato da existência da Lei não é sinônimo de execução. Considerando o espaço geográfico da pesquisa, Território de Identidade do Sertão Produtivo

(TISP) e a promulgação dos PME em vigor, cabe questionar: as secretarias de educação estão buscando alternativas viáveis para a efetivação das metas estabelecidas no PME, ou seja, estão realizando suas ações tendo por base o plano decenal?

Historicamente o planejamento da educação no Brasil cumpriu um ritual burocrático, os planos eram elaborados para as gavetas, se quer constava fonte de financiamento. Com o acompanhamento de estudiosos e militantes do setor educacional, os últimos Planos passaram a contar com um acompanhamento mais sistemático, incluindo equipes de monitoramento em cada município e espaços próprios de debates, fóruns, audiências, que contam com a participação da sociedade civil, alunos, professores, movimentos e pastorais sociais. Entretanto, compreende-se que, na maioria das vezes, existe uma falha nesse processo que ocasiona em descumprimento das metas e isso acaba por comprometer todo um projeto e consequentemente atinge o público alvo, o aluno, maior interessado das propostas de ensino.

As propostas contidas nos PME dos municípios que integram o TISP, possuem estreita ligação com o PNE e o PEE e caracterizam como estimuladoras do processo educacional e do fortalecimento dos conselhos municipais de educação o que contribui para a democratização do ensino. Diante disso, a pesquisa desenvolvida tem por objetivo analisar as políticas intersetoriais presentes nos Planos Municipais de Educação dos municípios do Território de Identidade do Sertão Produtivo e apresenta uma síntese de como essas políticas são pensadas e como estão acontecendo suas implementações.

## Metodologia

A pesquisa desenvolvida constituiu-se de diferentes mecanismos metodológicos que foram fundamentais para compreender e obter respostas sobre os questionamentos e objetivos propostos na pesquisa. Utilizou-se da abordagem qualitativa, da pesquisa bibliográfica e documental.

Com base em Oliveira (2002) a abordagem qualitativa caracteriza-se por sua facilidade na descrição de uma problemática com considerável complexidade. Assim sendo, possibilita a compreensão e o estudo do problema levantado, além de contribuir para uma melhor e fidedigna descrição da realidade, aos possíveis entraves encontrados durante a construção e levantamento dos dados.

A pesquisa bibliográfica é construída a partir de um material já disponibilizado constituído através de livros e artigos científicos, permitindo uma profunda investigação no

fenômeno de maneira ampla (GIL, 1991), isso consequentemente contribui para uma melhor análise da situação em destaque. Com a pesquisa bibliográfica foi possível adentrar a temática e aprofundar teoricamente a compreensão de alguns conceitos necessários à leitura dos documentos para uma melhor resolução do problema da pesquisa.

Em seguida, verificou por meio de análise documental as metas e estratégias dos vinte Planos Municipais de Educação dos municípios do Território de Identidade do Sertão Produtivo. Ponto significativo e importante, pois possibilitou compreender como os municípios atuam considerando a intersetorialidade.

Segundo Pádua (1997, p.62 ),

Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...]

Sendo assim, entende-se que a diferença entre pesquisa bibliográfica e documental está nas fontes pesquisadas, ou seja, segundo Lopes (2016, p.220) “a diferença crucial é que na pesquisa documental, ainda não houve um filtro analítico, e os materiais podem sofrer reelaboração de acordo com os objetivos da pesquisa”. Logo, a pesquisa documental terá como base, documentos.

A análise documental nesse caso, consiste em uma técnica importante para a pesquisa qualitativa, ora agregando informações adquiridas por outras técnicas, ora analisando novos aspectos de um tema ou problema (LUDKE e ANDRÈ, 1986). Conforme explicado acima, entende-se que a abordagem qualitativa é considerada como a mais adequada para a obtenção dos objetivos estabelecidos.

As pesquisas de abordagem qualitativa apresentam clareza, uma vez que, são capazes de representar a complexidade de um determinado problema, facilitando a compreensão do estudo de uma temática e ao mesmo tempo, descreve com qualidade os possíveis problemas encontrados no decorrer das atividades que serão desenvolvidas. (OLIVEIRA, 2002).

O estudo aponta a necessidade da utilização de métodos científicos para a compreensão das políticas intersetoriais na educação. Assim, utilizou-se o método dialético que permite compreender e estudar os dilemas encontrados na área educacional.

O método dialético é uma possibilidade de caminho na construção do saber científico no campo das ciências humanas. Ele torna-se a trajetória percorrida pelo sujeito (pesquisador) na busca de conhecer e perceber-se na construção desse conhecimento do objeto (fenômeno/fato investigado) que

se constrói e (des) constrói nas interações entre o sujeito e o objeto (DINIZ e SILVA, 2008, p. 01).

A dialética possibilita ao pesquisador argumentar e contra-argumentar reconhecendo as dificuldades de compreender a realidade, esta por sua vez, se constrói mediante as concepções de totalidade, transformação e contradição. A aplicação desse método proporciona a desconstrução de verdades postas, desenvolvendo reflexões e análises críticas para a produção de novos conhecimentos.

### **Revisitando o conceito de Políticas Públicas Educacionais**

O Governo Federal em parceria com Estados e Municípios desempenha um papel central como agentes responsáveis pela educação no território nacional. Tendo em vista as grandes dimensões territoriais e sociais encontrados no Brasil, é preciso compreender o papel das políticas públicas educacionais no país, capaz de garantir um ensino público, gratuito e de qualidade para a sociedade.

As políticas públicas, geralmente surgem mediante as demandas apresentadas por um determinado grupo social em uma localidade, e sua criação tem como base amenizar os problemas existentes. Assim, Teixeira (2002, p.2) define políticas públicas, como,

[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder Público; regras e procedimentos para as relações entre Poder Público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, neste caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não ações”, as omissões como forma de manifestação de política, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos.

Conforme salienta o autor, a política está presente em todas as nossas ações e não ações do cotidiano. A ação de decidir quais as ações a serem tomadas mediante as necessidades da população pode se configurar como omissões ou aplicações das leis, e por sua vez essas atitudes são classificadas como atos políticos. Do mesmo modo as políticas públicas educacionais são planejadas com o objetivo de possibilitar que todas as pessoas

tenham um ensino voltado para a formação do indivíduo como um ser social. Vários estudiosos afirmam que

A Política Educacional (assim, em maiúsculas) é uma, é a Ciência Política em sua aplicação ao caso concreto da educação, porém as políticas educacionais (agora no plural e minúsculas) são múltiplas, diversas e alternativas. A Política Educacional é, portanto, a reflexão teórica sobre as políticas educacionais (...) se há de considerar a Política Educacional como uma aplicação da Ciência Política ao estudo do setor educacional e, por sua parte, as políticas educacionais como políticas públicas que se dirigem a resolver questões educacionais (PEDRO; PUIG *apud*. VIEIRA 2011, p. 55-56).

Por ser responsável pela educação no país cabe ao Estado garantir que todas as classes sociais tenham acesso ao ensino público garantido pela Legislação. Todavia, sabe-se que existem grandes diferenças com respeito ao ensino público nas escolas pelo país. Pode-se encontrar instituições na qual o ensino se mostra satisfatório e o aprendizado significativo, de modo que não encontre grandes lacunas na educação. Em contrapartida não é raro se deparar com escolas com sérios problemas estruturais e sociais que acabam por ser um obstáculo para a aquisição do conhecimento dos alunos e isso acaba por comprometer o processo de formação desses estudantes.

Diante disso surge à necessidade da implementação de políticas públicas educacionais voltadas para as distintas necessidades locais. Porém o simples fato da existência de uma lei não significa a sua execução, por isso torna-se necessário que haja o comprometimento do poder público com a educação, cumprindo o dever de proporcionar um ensino condizente com o que exige na Constituição Federal, bem como a sua fiscalização pela comunidade.

Para a correta execução desses projetos de leis, é indispensável que o Estado, em conjunto com as entidades públicas, tenha um planejamento de como garantir o ensino público a todos os cidadãos que o demandam. Sem um plano voltado para essa necessidade, as lacunas na educação não conseguiram ser sanadas como o esperado, e o problema persistirá. Ou seja, planejar em todos os sentidos se torna essencial.

### **Planejamento, Plano, Planos Nacional e Municipal**

O planejamento consiste na organização de ideias sobre um determinado tema, no qual a execução de ações pode ser realizada com uma maior probabilidade de sucesso. Uma vez

que, “planejar implica acreditar na possibilidade de mudança” (VASCONCELLOS,1995, p.25), ou como afirma Ferreira (2009, p. 1,2) “Planejar é uma atividade humana [...] significa decidir previamente e organizar uma ação, antevendo possibilidades, acontecimentos, almejando ser bem-sucedido.” Ou ainda, conforme Veiga (2001), planejar é um processo de ação-reflexão-ação que exige esforço.

O planejamento consiste na organização de ideias sobre um determinado tema, no qual a execução de ações pode ser realizada com uma maior probabilidade de sucesso. Uma vez que, “planejar implica acreditar na possibilidade de mudança” (VASCONCELLOS,1995, p.25), ou como afirma Ferreira (2009, p. 1,2) “Planejar é uma atividade humana [...] significa decidir previamente e organizar uma ação, antevendo possibilidades, acontecimentos, almejando ser bem-sucedido.” Ou ainda, conforme Veiga (2001), planejar é um processo de ação-reflexão-ação que exige esforço.

Trazendo para área educacional “o planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social” (LIBÂNEO 2013, p. 246).

O planejamento possibilita definir objetivos e metas a serem cumpridas, proporcionando a realização de análises das situações atuais destacando seus influenciadores, permitindo traçar planos de ação, realizar verificações e ajuste necessário para que objetivo seja alcançado.

Na perspectiva pedagógica, o plano pode ser compreendido como o registro do planejar, ao fazer uma referência ao plano de aula, está relacionado com as orientações das ações que serão realizadas no decorrer de uma aula. Com respeito aos planos curriculares, estes mapeiam a ação da escola, ou seja, as ações e os objetivos a serem entendidos e construídos por todos, no qual são mencionados no plano curricular da escola e engloba o projeto político pedagógico.

Ao fazer uma discussão sobre o retrospecto histórico das políticas públicas de ensino no Brasil, encontramos uma constante mudança que tem se perpetuado ao longo dos anos. O assunto sobre plano de educação na história do país está vinculada ao ideal da Escola Nova, quando em 1932 os pioneiros na educação sistematizaram suas ideias e pensamentos, apresentando ao Brasil um documento que então foi denominado "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova".

Segundo salienta Saviani (2009) essa proposta de ensino apresentado pelos pioneiros tiveram influência significativa na elaboração da Constituição Federal de 1934, na qual foi destinado a União a competência de fixar o PNE, criando o Conselho Nacional de Educação.

Ao passo em que foram sendo sucedidos os governos seguintes, as políticas educacionais foram sendo fortemente influenciadas e cada proposta educacional ficou cada vez mais sistematizada em plano.

Com a criação da LDB de 1996 o dever de elaborar o PNE continuou com a União com parceria dos Estados e municípios. O Plano Nacional de Educação, validado por dez anos foi então aprovado com base na Lei nº 10.172/2001. O PNE em vigência (2014-2024) foi aprovado pela Lei nº 13.005/2014.

Segundo a referida lei, há o indicativo que os municípios deverão elaborar planos decenais correspondentes. (BRASIL, 2014). As diferentes visões com respeito ao PNE traduzem a política educacional como um campo de interesses distintos, que por sua vez acabam por ser contraditório, marcadas por descontinuidades de políticas o que se configura como uma ausência de um sistema de educação institucionalizado.

Os Planos Municipais de Educação, por sua vez são construídos com base nos PNE já existentes, e devem ser coerentes com suas propostas. Necessitam também estar alinhados aos seus respectivos estados, compondo uma hierarquia educacional no qual devem estar agrupados de forma coerente, integrado e articulado de modo que os direitos previstos pelos planos sejam garantidos e que todos tenham acesso a uma educação com qualidade.

### **Intersetorialidade nos Planos Municipais de Educação dos municípios do Território de Identidade do Sertão Produtivo**

A ideia de intersetorialidade na área educacional remete a convicção de que os projetos e iniciativas de leis destinadas a educação devem ser pensadas e executadas não apenas por uma única pasta, mas em parceria com outras visando um mesmo ideal. Esse pensamento consiste na busca por ações integradas na qual a qualidade da educação pública seja priorizada em detrimento dos alunos.

Para que as instituições de ensino consigam alcançar os objetivos propostos pelos PME é necessário a construção de uma rede intersetorial, em que seja possível observar as distintas dimensões de um indivíduo. Assim a intersetorialidade precisa estar presente na concepção e estrutura do ensino, tendo como princípio a necessidade do coletivo e de forma

interdependente para a mesma finalidade, realização de uma educação pública que visa o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.

Desse modo, a intersetorialidade tem papel articulador da sociedade, organizações e instituições com o intuito de compartilhar projetos, de modo igualitário, por meio de uma articulação política institucional envolvendo alianças estratégicas entre os atores sociais e as pastas que coordenam os serviços que se constituem como direito dos cidadãos. Portanto, compreende-se que o trabalho executado de modo articulado entre equipes de diversas áreas possibilita melhoria da educação, através da coordenação compartilhada entre gestores, educadores, pesquisadores, profissionais das pastas da assistência social, saúde e jurídica. Segundo Silva (2018, p.88)

Intersetorialidade pode ser definida como um trabalho em regime de colaboração realizado por equipes áreas afins, como educação, saúde (psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, fisioterapia, entre outras), assistência social e judicial, que visam a melhoria do ensino para todos.

Vale ressaltar que a intersetorialidade não deve ser compreendida e/ou resumida como um simples trabalho em conjunto ou por meio de uma relação de posses, pois, Feuerwerker e Costa (2000, p. 26), argumentam que “é uma nova forma de trabalhar, de governar e de construir políticas públicas que pretendem possibilitar a superação da fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais para produzir efeitos mais significativos” para o processo de ensino e aprendizagem.

No entanto Libâneo (2001) afirma que a gestão intersetorial constrói relações sociais mais justas, proporcionando o reconhecimento do trabalho cooperativo e participativo, uma vez que, as experiências dos profissionais envolvidos são perceptíveis nas ações efetivadas no âmbito escolar. Junqueira (2004, p.27) argumenta que

a qualidade de vida demanda uma visão integrada dos problemas sociais. A gestão intersetorial surge como uma nova possibilidade para resolver esses problemas que incidem sobre uma população que ocupa determinado território. Essa é uma perspectiva importante porque aponta uma visão integrada dos problemas sociais e de suas soluções. Com isso busca-se otimizar os recursos escassos procurando soluções integradas, pois a complexidade da realidade social exige um olhar que não se esgota no âmbito de uma única política social.

Junqueira (2004), aborda que as atividades intersetoriais manifestam como uma método extremamente importante em meio a procura de modernos modelos de gestão

organizacionais podendo ser compreendida como a junção de conhecimentos e experiência no planejamento, na realização e avaliação de políticas públicas, programas e projetos, tendo como objetivo atender as necessidades e expectativas de um determinado público alvo. Diante disso pode-se entender que a intersetorialidade é uma técnica de gestão que implica em múltiplas determinação dos sujeitos, para que o alcance dos resultados sejam satisfatórios.

A atuação das políticas intersetoriais engloba uma nova maneira de refletir a realidade na sua totalidade, diversas mudanças podem ocorrer no âmbito das estruturas organizativas, uma vez que a busca por inovações em relação às segmentações existentes são constantes, sendo necessário o desenvolvimento de ações diferenciadas, articuladas, que englobam mais do que uma simples conexão ou agregação de setores, uma vez que estes devem possuir cumplicidade, harmonia e companheirismo para que todas as ações sejam alcançadas. É necessário diálogo, respeito mútuo e conhecimento transdisciplinar. Em suma, intersetorialidade entre as políticas públicas constitui como um papel muito importante, haja vista que, busca compreender a totalidade dos problemas buscando sempre um visão completa de suas necessidades.

Portanto as políticas de intersetorialidade se faz necessária no âmbito das políticas públicas, ultrapassam o isolamento dos setores, no sentido de uma ação conjunta, compartilhada e articulada para atender as demandas, sobretudo dos setores marginalizados da sociedade, considerados vulneráveis. Com tantas características positivas esse modelo de gestão pública ainda não está concretizada nos municípios pesquisados.

## **Discussões e Resultados**

Tento em vista, o estudo dos PME que se faz presente nos municípios do Território de Identidade do Sertão produtivo, na busca de compreender a política de intersetorialidade faz-se necessário entender o conceito de território. Este por sua vez, passou por um longo processo de discussão entre diversos autores ao longo do processo de institucionalização da Geografia, portanto deve-se compreender que o conceito de território é constante e está sujeito a diversas mudanças. Em seus estudos Haesbaert (2006, p.354) apresenta a formação de multiterritórios, uma forma de “reterritorialização”, que será o “produto do contexto social, econômico, político e cultural em que os grupos estão situados.”. O território não poderá deixar de existir, pois os seres humanos necessitam de um espaço para habitar e reproduzir suas relações.

O Território de Identidade do Sertão Produtivo é constituído por municípios a partir das características físicas da região, levando em consideração o sentimento de pertencimento da população que habitam essas cidades, mas principalmente com o objetivo de geri-lo administrativamente.

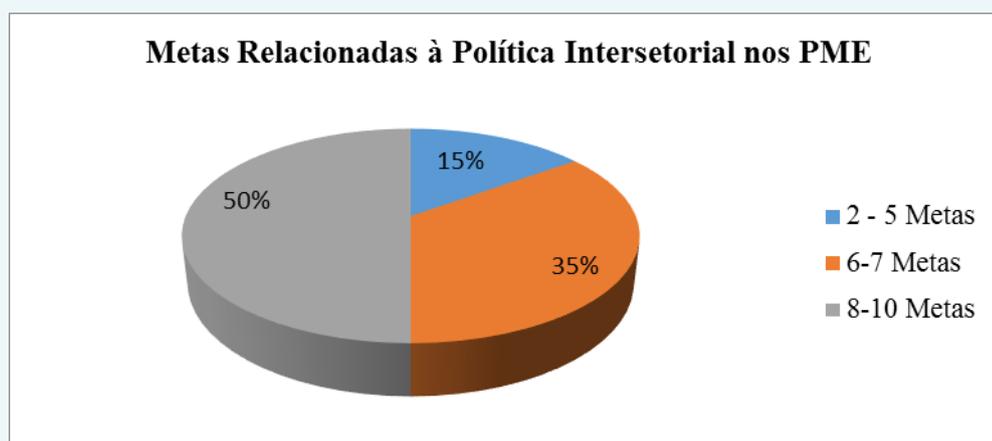
Os resultados encontrados no presente estudo, se constituiu por meio da análise bibliográfica e documental de cunho qualitativo, que possibilitou a compreensão das políticas intersetoriais presentes nos PME dos municípios do Território de Identidade do Sertão Produtivo.

Todos os PME constam a implantação de ações políticas que colaboram para a concretização das leis, metas e estratégias o que se torna indispensável na articulação entre as ações de gestão e financiamento da educação. Diante disso, percebe-se a importância do PME enquanto política educacional de modo que a sua materialização seja expressão da participação da sociedade brasileira nos rumos da educação.

Compreender a importância do PME, é entender sua complexidade e vitalidade, na materialização das ações, tornando essencial o conhecimento e monitoramento para que suas metas sejam alcançadas.

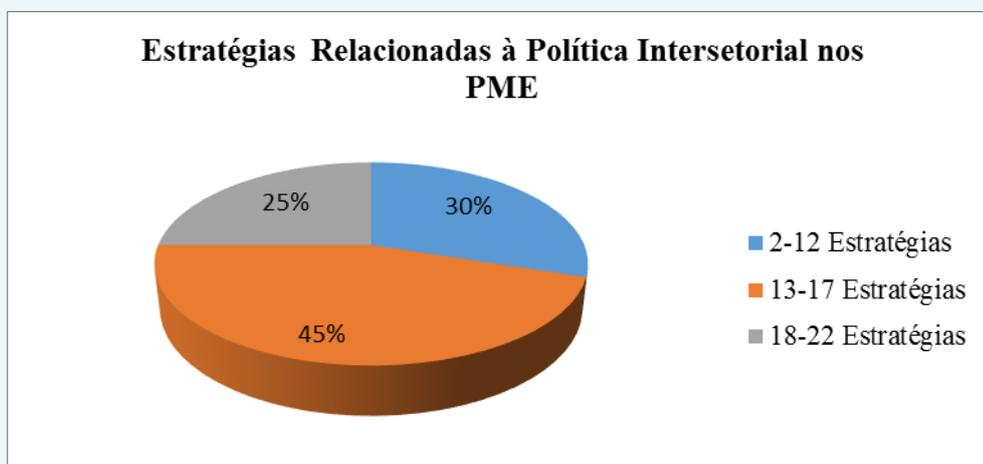
É possível afirmar, nesse sentido, que é de grande relevância a participação das Secretarias de Assistência Social, Saúde, Cultura, Segurança, dentre outras, no desenvolvimento e participação da educação de um município, pois compreende que a educação não pode ser considerada como responsabilidade específica de um órgão gestor, mas sim da colaboração e parceria com as outras instituições dos governos, levando em consideração a participação e cooperação ativa da sociedade.

Gráfico 1



Ao analisar criteriosamente o gráfico 1 no qual aborda as metas estabelecidas pelos PME relacionadas as políticas intersetoriais, pode-se observar que 50% dos municípios possuem cerca de 8 a 10 metas previstas no PME, enquanto 35% correspondem entre 6 e 7 metas e uma parcela menor de 15% dos municípios contém entre 2 e 5 metas. A política intersetorial está posta nos PME, o município que apresentou menor número de metas relacionada ao tema estudado foi Brumado com 2 metas, no entanto o município que destacou com o maior número de metas foi Sebastião Laranjeira apresentando 10 metas visando a política intersetorial na educação.

Gráfico 2



Para a efetivação das metas contidas nos documentos as estratégias são necessárias, o que explica o seu quantitativo disposto no gráfico. Cabe ainda ressaltar que o município de Brumado se destaca com o menor número de estratégias visando a política intersetorial, contendo apenas 2 estratégias, no entanto Guanambi e Tanhaçu se destacam com o maior número de estratégias, abrangendo no documento 20 estratégias relacionadas ao tema estudado

Os dados mostram que, o ato de planejar a educação requer pensá-lo “enquanto totalidade composta por determinantes políticos, sociais, econômicos, culturais e históricos” (MARTINELLI, 1993, p.139). Assim, “o Sistema Nacional de Educação propõe serviços de apoio e orientação aos estudantes – com o fortalecimento de políticas intersetoriais de saúde, assistência e outros, para que, de forma articulada, assegurem à comunidade escolar, direitos e serviços da rede de proteção” (BRASIL, CONAE, 2010, p.26).

O quadro 01 apresenta um exemplo de Meta que necessita a ação interssetorial para sua efetivação.

Quadro 01: Meta e estratégia intersetorial nos PME

Meta	Estratégia
<p><b>META 1:</b> Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.</p>	<p>1.20 Instituir mecanismos de colaboração entre os setores da educação a partir do primeiro ano de vigência do plano, dos agentes formadores, do poder judiciário, do Conselho Tutelar, da saúde e da assistência social do Município, do Estado e da União, para implementar políticas educacionais, programas de proteção à saúde, de orientação e apoio aos pais com filhos matriculados e frequentes na educação infantil, oferecendo, inclusive, assistência jurídica e suplementação alimentar nos casos de pobreza, violência doméstica e desagregação familiar extrema.</p>

Fonte: PME de Rio do Antônio – BA lei n. 118/2015

Diante da análise das metas e estratégias dos vinte Planos Municipais de Educação e o exemplo mostrado no Quadro 01, percebe-se a grande importância da parceria entre a Secretaria da Assistência Social com a Secretaria de Educação, conforme aborda o Conselho Federal de Serviço Social (BRASIL, CFESS, 2001), o direito da educação deve ser garantido contribuindo para o desenvolvimento da criança e adolescente visando sua formação para a prática da cidadania.

A contribuição do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como: evasão escolar, baixo rendimento escolar, atitudes e comportamentos agressivos, de risco, etc. Essas constituem-se em questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta, seja por diferentes profissionais (Educadores, Assistentes Sociais, Psicólogos, dentre outros), pela família e dirigentes governamentais, possibilitando consequentemente uma ação mais efetiva. (BRASIL, CFESS, 2011, p. 12)

A ação da Assistência Social na educação é necessária, contribui para a realização dos diagnósticos sociais, que vão facilitar na execução de novos caminhos para a resolução dos problemas sociais vivenciados nas escolas. Proporcionando que o direito a educação seja alcançado por todos, nessa perspectiva torna-se relevante à inclusão e a permanência dos alunos no ambiente escolar, além de proporcionar aos professores o entendimento sobre as adversidades sociais que abrangem o alunado em geral, orientação e apoio aos pais.

## Conclusão

Mediante os resultados expostos durante a realização dessa pesquisa, foi possível analisar como as políticas intersetoriais estão presentes nos PME dos vinte municípios do Território de Identidade do Sertão Produtivo. Com base na análise e levantamento de dados, o estudo pode auxiliar na compreensão de como as metas e estratégias adotadas por cada gestão municipal tem impactados os respectivos municípios na política intersetorial.

Os dados obtidos durante a realização do trabalho possibilitou conhecer as propostas pedagógicas de ensino dos municípios circunvizinhos assim como do próprio município onde resido, e como futura licencianda do curso de Geografia, ter adquirido essa percepção do ensino contribuiu de forma significativa para que futuramente possa contribuir de maneira qualitativa na efetivação das propostas contidas nos Planos Municipais de Educação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social. **Serviço social na educação: uma inserção possível e necessária**. Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. Documento final da Conferência Nacional de Educação – **CONAE**. Brasília, 2010

\_\_\_\_\_. **Lei n. 13.005/2014**. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2014

DINIZ, C. R. SILVA, I.B **Metodologia científica** . Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008.

FERRERIRA,L.S. **A construção do Projeto Político Pedagógico**. Material didático. Santa Maria, 2009. Universidade Federal de Santa Maria

FEUERWERKER, L. M.; COSTA, H. **Intersetorialidade na rede UNIDA. Divulgação em Saúde para Debate**, Rio de Janeiro, 2000.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

JUNQUEIRA L. A. P. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 1, p. 25-36, jan./abr. 2004. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902004000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000100004)  
Acessado em 28 de Nov. 2018

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001

\_\_\_\_\_. **Didática**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2013

LOPES, J. **Fazer Do Trabalho Científico Em Ciências Sociais Aplicadas**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MARTINELLI, M. L. Notas sobre mediações: alguns elementos para a sistematização da reflexão sobre o tema. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, 1993 (43), 136-141.

OLIVEIRA, C..S. **Metodologia Científica, Planejamento e Técnicas de Pesquisa: Uma Visão Holística do Conhecimento Humano**. São Paulo: LTR, 2000. OLIVEIRA 2002

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da Pesquisa: Abordagem Teórico-Prática**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1997.

SAVIANI, D. **A Nova Lei da Educação: LDB, trajetória, limites e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1997.

SILVA, A.M.S. **Gestão escolar: a consolidação de uma escola inclusiva mediante a intersectorialidade**. Presidente Prudente/SP, 2018. Disponível em:  
[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/154266/silva\\_ams\\_me\\_prud.pdf?sequenc e=3](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/154266/silva_ams_me_prud.pdf?sequenc e=3). Acessado em: 29 de Nov.2018

TEIXEIRA, E.C. O papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Cadernos da AATR –BA** (Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia), Bahia, p. 1-11, 2002. Disponível em:  
[www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf). Acessado em: 29 de Nov.2018.

VASCONCELOS. C. S. **Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo, Libertad, 1995.

VEIGA, I. P. A. **As dimensões do Projeto Político Pedagógico**. Campinas, Papirus, 2001.

VIEIRA, S.L. **Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples** (2011). Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151745222006000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222006000200003).  
Acessado em: 29 de Nov.2018